

# CONSCIÊNCIA NEGRA NO TELEJORNAL ANÁLISE DA SÉRIE COMEMORATIVA DO 20 DE NOVEMBRO NO MGTV

Aline Silva Correa MAIA<sup>□</sup>  
Danubia de Andrade FERNANDES<sup>□□</sup>

## RESUMO

Na modernidade líquida, o jogo constitutivo de identidades opera, entre outras dimensões, embasado nas referências advindas de suportes instáveis como os discursos televisivos. E as formas de retratação da realidade, principalmente das minorias e dos assuntos que lhes dizem respeito, estão diretamente relacionadas à promoção, ou não, da sua cidadania. A partir destas perspectivas, analisamos a representação da identidade negra na série “Consciência Negra”, exibida no MGTV, em 2007.

**Palavras-chave:** identidade negra; representação; cidadania.

---

<sup>□</sup> Editora da TV Panorama - afiliada da Rede Globo em Juiz de Fora-MG. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (UFJF-CNPq). Jornalista (pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF). Mestre (PPGCom-UFJF). e-mail: ninemaia@hotmail.com

<sup>□□</sup> Jornalista, Pós-graduada em Artes, cultura visual e comunicação e Mestre em Comunicação (PPGCom-UFJF). Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (UFJF-CNPq). e-mail: danubia\_andrade@hotmail.com

## ABSTRACT

*In the liquid modernity, the game of identities works, among other dimensions, based on the references that come from unstable bases like the television discourses. And the forms to represent reality, mainly the minorities and the subjects about them, are directly or not related to the promotion of their citizenship. From these perspectives, we have analyzed the representation of black identity in the series "Consciência Negra", on MGTV, 2007.*

**Key words:** *black identity; representation; citizenship.*

## INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação exercem papel fundamental no desenvolvimento de orientações culturais, na fabricação de sentidos atribuídos aos indivíduos, bem como na criação de visões de mundo. Cada vez mais presentes entre os seres humanos, consolidam-se como mediadores da realidade. Para estabelecer uma função para a mídia na sociedade brasileira, evocamos a Constituição Federal, que determina às emissoras de rádio e de televisão a construção de programação que atenda, preferencialmente, à divulgação de conteúdos educativos e informativos que colaborem para a promoção da cultura nacional e regional, respeitando valores éticos e sociais da pessoa e da família.

De um lado, referências advindas do discurso televisivo colaboram para configuração dos indivíduos e, por extensão, das estruturas sociais. Por outro, as formas de retratação da realidade, principalmente das minorias e dos assuntos que lhes dizem respeito, estão diretamente relacionadas à promoção, ou não, da sua cidadania. A partir destas perspectivas, este artigo aborda a representação do negro na série "Consciência Negra", exibida na primeira edição do MGTV, telejornal da TV Panorama — afiliada da Rede Globo em Juiz de Fora, MG — nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2007.

Para este estudo, além de breve revisão bibliográfica de autores que

abordam questões referentes às identidades no período de modernidade líquida, e de outros que trabalham com a perspectiva histórica da construção da identidade negra, também faremos uma análise das reportagens exibidas observando os pressupostos de Muniz Sodré no que diz respeito ao racismo mediático. Tentaremos expor neste artigo que há possibilidade real de representação positiva das formas identitárias da negritude em material telejornalístico.

## MÍDIA E IDENTIDADE

Dentre as temáticas mais discutidas nos últimos anos, encontramos aquelas referentes ao conceito de “identidade”. Instância considerada até então como única, indivisível e estável, pluraliza-se, desdobra-se em múltiplos fragmentos e amplia significativamente as possibilidades de “ser” no mundo contemporâneo. Derivada da raiz latina *idem* — que significa igualdade, continuidade — a identidade tem uma estreita relação de dependência com a diferença. Uma afirmação de que se “é” faz parte de uma longa cadeia de negações. Identidade e diferença, conforme Silva (2005), são criações culturais e sociais, muito dependentes da representação e por meio da qual passam a existir, adquirir sentido.

Constituídas por meio das diferenças, as identidades moldam-se a partir da relação com o Outro, com aquilo que não é, com o exterior. Há um jogo de poder e exclusão, negação e aceitação, que vai resultar na estruturação identitária, pois:

*as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” (...), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas (...) aos processos de sujeito que são nela investidos (HALL, 2005, p. 112).*

Identificar transpõe o reconhecimento que se faz de traços que caracterizam uma pessoa ou grupo social. Para Bauman (2005), as identidades são elaboradas diariamente, a partir das experiências do indivíduo, das mensagens que a ele chegam bem como dos estímulos do

ambiente de seu entorno. No entanto, segundo Bauman, só despertamos para a questão da identidade quando a noção de pertencimento deixou de ser o único fator para a identificação. Por muito tempo, o Estado significava o elemento de unidade nacional: tinha um passado — que se tornava O passado compartilhado por seus indivíduos -, definia, classificava e segregava tradições e modos de vida, por exemplo. Uma vez nascido em determinado país, o indivíduo recebia a identidade daquela nação. A “ficção da natividade do conhecimento” era o instrumento de coerção dos indivíduos e a noção de identidade era agonística, prolongando o pertencimento devido à ameaça da exclusão. Assim, o Estado controlava as identidades.

Mas, quando a noção de pertencimento entra em crise (o que sou? de onde sou?), coloca em dúvida a interpretação de identidade. Na pós-modernidade — apresentada como modernidade líquida por Bauman (2005) -, a decadência de instituições sociais que até então se prestavam como referência para a construção da sociedade provoca o que Hall (2005) intitula de “crise da identidade”. Paisagens culturais de classe, gênero e etnia que no passado forneciam os alicerces para a localização dos indivíduos estão sendo fragmentadas.

A identidade do sujeito pós-moderno já não é mais taxada como fixa ou permanente, como acontecia no Iluminismo. Passa-se a compreender que o indivíduo pode assumir diferentes posições, conforme o papel que está representando, gerando um processo de identificação que não é automático, mas pode ser ganho ou perdido ao longo de sua trajetória. Na era líquida-moderna, em que nova roupagem é dada às identidades, estas estão permanentemente sujeitas aos deslizamentos e aos deslocamentos. Elas não são, portanto, unidimensionais; são múltiplas e estão em constante movimento, transformação, nomadismo e tensão.

Homi Bhabha (2005) justifica que o descentramento do sujeito, a partir da queda de conceitos até então rígidos e que serviam de base para a delimitação das identidades (re)conhecidas, colaborou para a percepção de outras categorias identitárias como, por exemplo, aquelas advindas da orientação sexual e da localidade geopolítica. Estas novas identidades surgem, segundo o autor, nos entre-lugares: onde se dá a articulação de diferenças culturais. Para Bhabha, nas relações sociais não há apenas o “eu” e o “Outro”, mas, existe, também, um terceiro-espaco onde ocorre a

negociação, que também podemos entender como concessão, à qual está vulnerável o indivíduo.

Vivemos na modernidade líquida marcada pelo encurtamento das distâncias físicas, valorização do poder de consumo e presença acentuada da mídia nas relações sociais, fatores estes que vão interferir na questão da identidade. Recorrendo a idéias e valores presentes no imaginário popular, os meios de comunicação apresentam figuras socialmente úteis que logo são oficializadas em modelos de pronta identificação e visibilidade. E neste contexto, a televisão, como afirma Martín-Barbero (1997), é muito mais uma formadora de imaginários coletivos a partir dos quais os indivíduos se reconhecem do que simples instrumento de ócio e diversão. Os meios de comunicação exercem papel de fundamental importância no processo de constituição identitária.

As representações feitas pelos meios de comunicação são elaboradas por escolha destes mesmos veículos informativos. E, se para manter uma identidade é preciso reafirmá-la o tempo todo, no percurso do tempo, nos indagamos qual não é o papel dos *mass media* na construção e afirmação da identidade negra? Quais são as possibilidades de escapar às representações negativas da negritude cristalizadas e naturalizadas historicamente?

## A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA IDENTIDADE NEGRA

Como já começamos a expor anteriormente, sob uma perspectiva construtivista, poderíamos dizer que a “identidade” é concebida em sua relação de estrita dependência com a “diferença”. Entre elas existe uma relação mutuamente determinada que as configura como entidades inseparáveis. Nas palavras de Tomaz Silva, “a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual *tanto* a identidade *quanto* a diferença (...) são produzidas” [1] (SILVA, 2005, p.76).

A identidade e a diferença como produtos de uma construção cultural e social ativa e não como criaturas do mundo natural ou transcendental. São resultado de atos de criação lingüística, ou seja, manifestam-se por meio do discurso e somente podem ser compreendidas e, portanto, constituírem sentido, no interior de sistemas de significação.

Na medida em que o próprio sistema lingüístico é instável, identidade e diferença possuem marcas desta indeterminação e instabilidade.

De fato, identidade e diferença são partes de uma construção social assimétrica e binária que ordena os espaços do “eu” e do “Outro” em meio a imposições e disputas de poder. Neste sentido, a identidade branca é a formação identitária naturalizada sócio-culturalmente, o que significa constituir-se como desejável, natural e única. Arbitrariamente a identidade branca é construída como o padrão a partir do qual todas as outras identidades étnicas se colocam. Conforme Bhabha (2005, p.118), ela é ao mesmo tempo cor e ausência de cor.

Ao contrário da identidade negra que passa por constantes afirmações e ressignificações, entre os brancos a noção de “racialidade” não é desenvolvida nem questionada. A variedade de termos sinônimos para “negro” como preto, de cor, moreno, mulato, afro descendente, afro americano e outros tantos, contrasta com a singularidade da denominação “branco”. Para Piza (2000, p.97-125) se a negritude constrói-se num processo de busca de uma identidade racial positiva, a branquitude é uma construção que leva a uma neutralidade racial, cujo uso político baseia-se na suposta superioridade de brancos sobre negros.

Se identidade e diferença, branquitude e negritude, são construções sociais mutuamente determinadas, poderíamos dizer que o reconhecimento do Outro (ou a ausência deste reconhecimento) é peça importante no processo de elaboração identitária. Como nos lembra Munanga (2006, p.28-9), um grupo pode sofrer uma deformação real se as pessoas ou sociedades que o rodeiam lhe devolvem uma imagem limitada, depreciativa ou desprezível deles mesmos. O reconhecimento inadequado ou a invisibilidade social podem acarretar opressão e aprisionamento. No caso do negro, durante gerações a sociedade branca construiu e impôs uma imagem depreciativa, enxergando-os como incivilizados e inferiores. A falta de reconhecimento infligiu “uma ferida cruel ao oprimir suas vítimas de um ódio de si paralisante”.

Em suas análises Fanon (1983, p. 2005) explicita que o complexo de inferioridade que acompanha o negro surge após um processo duplo: inicialmente, econômico, em seguida, pela epidermização [2] dessa

inferioridade. Submerso em uma cultura que trabalha para a manutenção deste complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça, o negro sobrevive no anseio de se tornar branco, embranquecer. Para tanto, são requisitos a negação de suas origens, expressões culturais e religiosidades. Neste trajeto de rejeição da negritude o indivíduo sofre de *despersonalização*. Esta decorre, em grande parte, do modo como seu corpo é aprisionado pelo olhar daqueles que o excluem.

*Todos os esforços são feitos para levar o colonizado a confessar a inferioridade da sua cultura, transformada em condutas instintivas, a reconhecer a irrealidade da sua nação, e finalmente o caráter inorganizado e não acabado de sua própria estrutura biológica (FANON, 2005, p.271).*

Assim como para Munanga e Fanon, também para Bhabha (2005, p.105), a desumanização da imagem do negro é parte de uma estratégia de dominação do branco colonizador que pretendia solucionar a contradição entre os ideais de liberdade e uma economia fundada na escravidão. Negando a humanidade dos povos negros legitimou-se a atividade econômica mais lucrativa naquele momento histórico. Neste sentido, o discurso colonial dependia inteiramente do conceito de fixidez na construção ideológica da alteridade.

Diante deste rápido quadro a respeito da construção da identidade negra no mundo contemporâneo, poderíamos inferir que seus contornos foram delimitados por um querer do colonizador branco de diminuir, e por meio da interiorização de valores negativos, dominar o negro. Em um contexto no qual a formação das identidades do sujeito está cada vez mais atrelada às influências da mídia, cabe questionar qual a importância dos discursos do telejornalismo para a afirmação de uma identidade negra positiva. Como é possível apresentar aos públicos as dimensões múltiplas da identidade negra sem estereotipá-la?

## **A PRODUÇÃO DO NEGRO PARA O TELEJORNAL**

Nosso objeto de estudo neste artigo, como anunciado anteriormente,

é a série “Consciência Negra”, exibida na primeira edição do MGTV, telejornal da TV Panorama — afiliada da Rede Globo em Juiz de Fora, MG — nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2007, em referência ao Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Antes de partirmos para a análise das reportagens exibidas — observando os pressupostos de Muniz Sodré no que diz respeito ao racismo mediático -, apresentamos, primeiro, como foi a elaboração das pautas que nortearam as matérias: Quais as preocupações na fase de produção? O que se objetivava mostrar? Onde foram buscadas as fontes (personagens e especialistas)? Como foram obtidos os dados numéricos? Conforme expôs o jornalista Eugênio Bucci durante mesa-redonda no 1º Colóquio Mídia e Agenda Social (2007), é na pauta que “estamos morrendo hoje. Ela deve ser mais elaborada, pensada, estruturada”, já que muitos preconceitos e estereótipos já estão embutidos naquela que é a orientação aos repórteres do que fazer. A angulação das pautas reflete, muitas vezes, o que pensam os jornalistas que a propõem.

Revelar o negro sob outras perspectivas. Aproveitar o 20 de novembro para uma abordagem diferenciada da questão da negritude. Fugir de representações pejorativas e dar voz e vez a homens e mulheres que sofrem o preconceito da pele. Buscar possibilidades concretas de escape a imagens negativas do negro cristalizadas e naturalizadas historicamente. Objetivos que levaram a jornalista Aline Maia (negra, uma das autoras deste artigo, produtora e idealizadora das matérias) a propor uma série de três reportagens especiais sobre o negro. Desde a formulação das pautas [3] até a edição final, houve a inquietação de reconhecimento positivo da identidade negra, de forma que o material final colaborasse para a afirmação cidadã deste segmento. Foram escolhidas três angulações, uma para cada reportagem — contexto, educação, manifestações culturais -, respeitadas pelo repórter e pelo editor. Todos os personagens escolhidos tinham bons relatos a contar — tanto de situações vencidas de preconceito quanto exemplos de “como dar a volta por cima” e não deixar a tonalidade da pele condicionar o presente e o futuro. As matérias foram produzidas, reportadas e editadas entre os dias 12 e 19 de novembro.

A primeira matéria foi exibida no dia 21 de novembro e teve duração de sete minutos e 16 segundos. Neste primeiro VT [4], foi apresentada, então, uma contextualização geral do negro em Juiz de Fora



– MG. Segundo dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, de quase 460 mil habitantes da cidade mineira, cerca de 56 mil declaravam-se negros, e outros 101 mil, pardos. Na pauta, a orientação era para que a reportagem se concentrasse em mostrar quem são os negros que habitam em Juiz de Fora, qual a sua participação na constituição do povo juizforano, onde e como vivem, como são recebidos na sociedade e como se vêem. Para esta matéria, foram utilizados, principalmente, dados do IBGE, do Atlas Social de Juiz de Fora, além de informações da pesquisadora Rita Félix — que em sua dissertação de mestrado, concluída em 1996, abordou ‘O negro e seus meios de sobrevivência em Juiz de Fora de 1888 a 1930’, registrando a participação da população negra no surgimento da cidade da zona da mata mineira.

Nesta reportagem, foram entrevistados negros como personagens e como especialistas. Dagna Gonçalves, manicura, militante da causa negra e moradora de bairro da periferia, encarnou a fala positiva, de valorização do povo negro. Discurso reforçado pela pesquisadora Giane Elisa Almeida, que trabalha com a reconstrução do orgulho da mulher negra e, na matéria, falou sobre os prejuízos da “identidade calada” por anos de discriminação. Wellington Alves, conselheiro tutelar — e, por acaso, também negro [5] -, expôs a preocupante estatística de que 75% das ocorrências de negligência e abandono de crianças e adolescentes envolvem os de pele negra. Rita Félix e Emerson Ferreira falaram enquanto “estudiosos” da questão do negro na sociedade. E o advogado Lauro Higino, entrevistado como personagem, salientou a questão da oportunidade, de forma que a matéria foi encerrada deixando a mensagem de que a cor da pele não pode determinar o futuro de um indivíduo, mas cabe ao Estado oferecer oportunidades iguais para seus cidadãos, para que cada um faça sua própria história, independente do passado de negação e preconceito.

Na segunda reportagem, que teve duração de seis minutos e 41 segundos, exibida em 22 de novembro, buscou-se o enfoque sobre o negro e a educação. Se a sala de aula é o caminho para a redução da desigualdade social, então o que há de políticas públicas voltadas para este campo? Nas escolas públicas, os negros e pardos estão em maior número (são 80% dos alunos das escolas municipais, segundo informações da PJJ [6]). Mas, nas

universidades a maioria vira minoria, com apenas 2% de negros dentre os estudantes do ensino superior. Esta matéria começou com a história de Carlos Alberto, médico e vereador em São João Nepomuceno, cidade também localizada na zona da mata mineira. Negro, está presente na reportagem como exemplo de quem transformou a própria realidade — e, mais tarde, a dos filhos — através da educação. A política de cotas para negros nas instituições de ensino superior é apresentada no VT através da fala do Pró-Reitor de Graduação da UFJF, Eduardo Magrone, e analisada pelo sociólogo Emerson Ferreira.

As pesquisadoras Maria Elisabete Oliveira e Azuete Fogaça falam sobre o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, NEAB, na época, em processo de implantação na UFJF. E no âmbito dos ensinamentos fundamental e médio, falam a professora Rosângela Reis e a representante do Núcleo de Educação Especial da PJE, Eliane Cristina Santos. A primeira deu interessante contribuição ao concluir que, infelizmente, seja na mídia ou na própria sociedade como um todo, a questão do negro é tratada em “soluções”, ou seja, fala-se rapidamente no 13 de maio, depois no 13 de novembro, e acabou a conversa. A segunda reforçou o discurso de que é preciso envolvimento de toda a população para uma real mudança do contexto do negro seja na educação, seja em outras áreas do cotidiano. Ainda nesta reportagem, foi mostrado o Projeto “Escola de Aba” — um CD Rom lançado pela Secretaria de Educação de Juiz de Fora e distribuído para as 95 escolas municipais. Contém orientações à comunidade discente sobre como lidar com as questões raciais, além de abarcar o previsto na Lei 10.639/2003 [7].

A terceira e última reportagem, exibida em 23 de novembro, teve duração de 6 minutos e 38 segundos. O objetivo neste último material da série era exibir exemplos de manifestações culturais afro-brasileiras: dança, canto, religião, culinária. Diversidade e multiplicidade que também se refletem na constituição da própria cultura brasileira, a contribuição do negro ao variado legado verde e amarelo. Neste VT procurou-se mostrar ações afirmativas da cultura negra, bem como exemplos de pessoas — principalmente moradoras de periferia — que encontraram em projetos culturais a valorização enquanto cidadãs. Para tanto, foi entrevistado o personagem Jefferson Januário (Negro Bússola), líder comunitário na

periferia sul de Juiz de Fora e um dos idealizadores de uma casa de cultura onde *hip hop* e grafite servem de instrumentos de destaque identitário. O Axé Criança — voltado para meninos e meninas da periferia sul de Juiz de Fora — também foi apresentado como modelo de programa que visa à exaltação do orgulho negro. O Batuque Afro Brasileiro de Néelson Silva — bem imaterial tombado em Juiz de Fora —, o candomblé e a umbanda, a feijoada, a capoeira, entre outros elementos também estavam presentes na reportagem — com imagens e informações.

De uma maneira geral, todas as reportagens buscaram mostrar os desafios à população negra, mas também as formas de vencer os obstáculos que por ventura possam ser impostos por uma condição de pele. A preocupação constante, como já exposto, era produzir um material jornalístico onde a negritude fosse representada positivamente, fugindo a estereótipos incansavelmente já veiculados na TV.

## A CONSCIÊNCIA NEGRA NO TELEJORNAL

Sabemos que a proposta dos telejornais — assim como de demais meios informativos — é fornecer relatos de acontecimentos julgados significativos e interessantes, conforme já estudou Traquina (1993). Mas, também é certo que os jornalistas não são simples observadores indiferentes dos fatos, mas, antes de tudo, colaboradores ativos de um delicado processo de construção da realidade, de forma que:

*as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; (...). Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento (TRAQUINA, 1993, p.167).*

Uma vez que os meios de comunicação não podem registrar tudo, sendo necessário selecionar, a questão é saber o quê chamará a atenção do público, sendo os temas priorizados determinados culturalmente. E as formas de retratação da realidade, principalmente das minorias e dos assuntos que lhes dizem respeito, estão diretamente relacionadas à promoção da sua cidadania, como já manifestamos anteriormente.

Se inicialmente o jornalismo fornecia bases para que as pessoas pudessem formular as próprias opiniões, hoje ele vai interferir na própria estruturação da visão de mundo pelo receptor, pois

*as notícias são construções, narrativas, 'estórias'. As notícias são elaboradas com a utilização de padrões industrializados, ou seja, formas específicas que são aplicadas aos acontecimentos, como, por exemplo, a pirâmide invertida. (...) Assim, o jornalismo e os jornalistas podem influenciar não só sobre o que pensar mas também como pensar [8] (TRAQUINA, 2004, p.203).*

Ou seja, é a construção social da realidade povoando o imaginário coletivo, construindo e / ou reforçando identidades. Pensando o telejornalismo, valemo-nos ainda de Pierre Bourdieu, para quem a “televisão é um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica” (BOURDIEU, 1997, p.20).

É certo para nós que a maneira de observar e narrar um fato, além da forma de proceder à sua verificação, está diretamente relacionada aos valores notícia utilizados pelos jornalistas. Mas, é no intento de verificar justamente os momentos em que a série “Consciência Negra” consegue se afastar deste viés preconceituoso e oferecer ao seu telespectador um discurso positivo e afirmativo no que tange à negritude, que optamos pela perspectiva do “racismo mediático” apontada por Sodré (1992; 1998; 1999) como pressuposto metodológico neste artigo. A op o por esta linha de raciocínio é valorizar o aspecto da cidadania em detrimento de uma análise apenas jornalística.

Primeiramente há que se refletir sobre o racismo no Brasil para então compreendermos aquilo que Sodré define como sua versão mediática. De pronto, é preciso fixar que do ponto de vista histórico, as marcas deixadas pela escravidão dotam de um alto grau de violência o cenário das rela es únicas em nosso país. Ainda que se tenha sustentado o ideal de uma na o em que a convivência entre brancos e negros   pacífica, e que nossas diferenças estão muito mais relacionadas às questões classistas que raciais, é preciso observar a presença do racismo nos tecidos da vida cotidiana brasileira. A discrimina o racial de hoje, não obstante, diferencia-se daquela presente na vivência colonial. O racismo de domina o que se utilizava

da depreciação e desumanização do negro para coagi-lo como força de trabalho, atualmente faz do *branqueamento* sua estratégia para a exclusão.

Mas o que significa *racismo* no contexto brasileiro? Joel Rufino dos Santos, em livro dedicado ao tema (1985), esclarece que racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros, cujo fundamento biológico ou científico é nulo. É preciso fixar que a classificação racial brasileira é baseada na aparência e geralmente com base em categorias que são utilizadas de forma inconsciente.

Dentre os pilares que sedimentam o racismo no Brasil, encontra-se sua própria negação. “O racismo se organizou para negar a existência do racismo no Brasil” (LOPES, 2007, p.28). Ao contrário do que se verifica em outros países, os discursos discriminatórios são mal-vistos socialmente, negados em essência sob o manto de uma suposta democracia. Porém, nosso preconceito racial, zelosamente guardado, vem à tona, quase sempre, num momento de competição. Além disso, as expectativas em relação ao negro estão ancoradas em estereótipos e estigmas, que o conduzem a papéis sociais delimitados culturalmente: negro bom de bola, de samba, marginal ou preguiçoso.

Em nossa sociedade, o racismo aloja-se em novas modalidades institucionais, encontrando na mídia dispositivo eficaz e sutil para sua propagação. Acreditamos que além de se estabelecer nas relações sociais sob a forma de exclusão, a discriminação racial e as manifestações que depreciam a identidade negra, como representantes do imaginário das elites, têm seu lugar nos conteúdos midiáticos por meio de seus discursos e imagens.

*...a televisão cumpre a sua função de agente socializador através de um processo lento, mas perseverante de apresentação de concepções estereotipadas da realidade que se vão sedimentando de forma inconsciente. A exposição constante a imagens estereotipadas da realidade leva à construção de algumas representações mentais da realidade igualmente estereotipadas (FERRÉS, 1998, p.140).*

Muniz Sodré aponta quatro aspectos fundamentais do racismo mediático: a negação do próprio racismo, o recalçamento dos aspectos positivos da negritude, a estigmatização do negro e a indiferença

profissional. No que concerne à negação da discriminação racial, para Sodré, a menos que este apareça “como objeto noticioso, devido à violação flagrante desse ou daquele dispositivo anti-racista ou a episódicos conflitos raciais” (1999, p.245), sua presença social será considerada anacrônica pelos dirigentes da mídia brasileira.

No entanto, ainda que se observe pouca visibilidade aos conflitos de ordem racial na esfera do jornalismo, para autores como Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2004), é possível perceber o surgimento de um novo senso comum para o qual o racismo é algo existente, discutível e condenável. Segundo Guimarães, isto se deve especialmente a três fatores ou agentes: os movimentos sociais em prol da cidadania, o discurso dos intelectuais brasileiros e a opinião pública internacional (principalmente norte-americana).

*De tal modo que, hoje, me parece lícito dizer que o discurso progressista e anti-racista no Brasil funda-se sobre a inaceitabilidade de uma ordem de desigualdade sustentada pela exclusão da maioria dos brasileiros dos direitos de cidadania. Só a partir da problemática que é hoje em dia referida como “apartheid social” ou “cidadania virtual” por políticos, ativistas sociais e jornalistas pode-se, na verdade, compreender por que práticas de discriminação tão corriqueiras e outrora tão invisíveis (...) possam ser legitimamente denunciadas como práticas racistas (GUIMARÃES, 2004, p.117).*

Ao encontro desta perspectiva de maior visibilidade para o questionamento da democracia racial, a série de reportagens que nos propomos a analisar traz depoimentos de experiências discriminatórias. Por meio de suas experiências cotidianas, os entrevistados revelaram um Brasil bem distante da igualdade racial difundida por grande parte dos veículos de comunicação massiva, de acordo com a denúncia de Sodré. Suas falas abordam o racismo em todas as camadas sociais, nas relações de gênero e nos mais distintos tecidos da vivência social.

*...o Brasil tem uma discriminação muito acentuada. E essa discriminação se faz presente em todos os setores. O negro passa por um objeto invisível quando na verdade deve ser sujeito no processo de construção de um novo país ou de um novo momento político que se vive. (Reinaldo Pereira)*

*Eu convidei uns amigos meus pra passar o carnaval na minha casa. Os amigos eram brancos. Nós fomos para um clube. Quando eu fui comprar meu ingresso a vendedora me disse que já tinha acabado. Um amigo, atrás de mim, que era branco, conseguiu comprar o dele... (Carlos Alberto Santos).*

O segundo ponto assinalado por Sodré a respeito do racismo mediático é o recalçamento dos aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra não apenas no domínio da mídia como também no ensino de História, nas Artes ou na Literatura. Neste sentido, a série colaborou para a valorização da identidade negra ao exaltar a importância de iniciativas como a Escola de Abá, o Axé Criança e o Batuque de Nelson Silva, bem como deu visibilidade àqueles que pesquisam e divulgam as culturas e historiografias dos negros, como as professoras Rosângela Reis, Azuete Fogaça e Rita Félix.

O terceiro aspecto que analisaremos é a estigmatização do sujeito negro. Grosso modo, as tentativas de apresentação das culturas negras terminam por ratificar estereótipos que associam os negros ao samba, ao ritmo, à malemolência sensual da mulata, à preguiça e à violência, à fraqueza de caráter e inferioridade intelectual. Nos termos de Borges Pereira:

*A estilização deste negro é feita à base de estereótipos impregnados de alusões à sua estética: feito, macaco, tição; ou ligados à sua descategorização social e a sua frouxidão de costumes: malandro, rufião, delinqüente, maloqueiro, amasiado, bêbado, vagabundo, mandingueiro, pernóstico, servil; ou ainda relacionados com certas qualidades “positivas”, como o seu talento para a música, a sua astúcia e a sua ingenuidade; ou então, são estilizações piegas decalcadas em tipos consagrados pela nossa tradição paternalista, como o preto velho bondoso, a meiga mãe-preta ou o humilde e fiel servidor do homem branco. Até mesmo a mulata, tão exaltada nos temas musicais populares, e talvez por isso mesmo, é alcançada por este humorismo que se avizinha estreitamente do deboche (BORGES PEREIRA, 2001, p.178).*

Diante disto, a série cumpriu um papel importante ao valorizar a negritude rompendo, em parte, com estes estereótipos. No diz respeito à qualificação intelectual e social, as fontes fogem ao perfil estigmatizado

normalmente vinculado ao negro. Dentre eles encontramos representantes das classes altas e da intelectualidade local: como o advogado Lauro Higino, a professora universitária doutora Azuete Fogaça, o médico e ex-vereador de São João Nepomuceno, Carlos Alberto Santos, entre outros.

Destacamos também o tratamento dado às manifestações culturais. Houve uma preocupação de ultrapassar a perspectiva “tradicional” do discurso sobre o negro. Em outras palavras, além de vincular o negro ao samba, à capoeira e ao axé, outras formas e expressões culturais ganharam espaço no painel das culturas do negro em Juiz de Fora.

*Já passamos da fase de bater o tambor. A gente quer ver o nosso povo falando outras línguas. A gente quer mesclar a bossa nova com o hip hop, a gente quer lapidar, fazer essa pororoca, esse divisor de águas, esse encontro de águas, fazer nossa cultura transpassar o ocidente, o oceano... (Jefferson Junuário).*

O último apontamento de Sodré diz respeito   indiferença profissional. Para este autor, nenhuma verdadeira política anti-racista pode implantar-se num sistema discursivo como o da grande m dia. Isto porque a m dia organiza-se empresarialmente com motiva es de lucro e poder semelhantes às de outras iniciativas industriais, sem a preocupa o de refletir as causas públicas ou políticas, desinteressada pelas questões da discrimina o dos negros ou minorias. No mais, a indiferença profissional d -se por meio da reserva de um ou outro posto para negros a fim de construir uma imagem empresarial colored,   maneira do sistema de cotas, produzindo um simulacro profissional de democracia. Em realidade, as empresas de m dia brasileiras organizam um “controle de rostos” que permite a manuten o do mito de democracia racial.

## CONCLUSÃO

Se, de um lado, temos as identidades concebidas por processos determinados pela estrutura social, de outro, encontramos a estrutura social remodelada ou mesmo modificada pelas identidades criadas — e, muitas vezes, constantemente re-a-presentadas pela televisão. Trabalhando com a



experiência do telespectador, os telejornais apresentam imagens — através de suas reportagens — que podem ratificar valores e pré-conceitos. É através dos meios de comunicação de massa — sobretudo da televisão [9] — que o indivíduo assimila considerável volume de conteúdos para construção de seu conhecimento e identidade, apesar dos meios não reivindicarem para si esta função. Daí a importância de monitorar como o negro — e outras minorias — é reportado nos telejornais.

Como ressalva possível à série Consciência Negra abordamos alguns questionamentos — entre tantos outros possíveis — que de certa forma a ultrapassam. Perguntamos por que restringir a visibilidade das questões dos negros às datas comemorativas quando os conflitos raciais fazem parte da rotina de milhões de brasileiros? Na TV Panorama, emissora que exibiu a série que analisamos neste estudo, num quadro de cerca de 20 jornalistas, apenas a editora Aline Maia considera-se negra. Será que esta série teria este espaço, este cuidado, não fosse à ação de uma jornalista negra?

Retomamos uma reflexão do jornalista Eugênio Bucci durante mesa-redonda no 1º Colóquio Mídia e Agenda Social (2007): a composição das redações também interfere na produção jornalística. Se a maioria dos jornalistas é de classe média, por exemplo, muito provavelmente será dado o “olhar da classe média” sobre os fatos reportados. A qualidade da cobertura dos movimentos sociais e das minorias terá relação direta com a composição da redação e do leitorado / telespectador / ouvinte, de forma que a cobertura da imprensa reflete, em geral, a marginalização da própria sociedade. Daqui, abrimos outra porta de observações acerca da representação do negro — e de outros grupos, em geral, discriminados — na mídia. Mas, deixamos demais conclusões a cargo de reflexões posteriores do leitor.

## NOTAS

[1] Itálicos do autor.

[2] O termo ‘epidermização’ é utilizado porque acrescenta sentidos à idéia de interiorização. Mais que um processo inconsciente, trata-se de algo que está irremediavelmente preso à imagem do negro. Sua fisionomia não lhe permite fugir à negatização da raça.

[3] Que englobou, por exemplo, a escolha dos temas, a pesquisa e levantamento de dados, a busca por bons personagens com boas histórias, a preocupação com as imagens que seriam feitas, etc.

[4] Vídeo tape.

[5] Importante destacar que o conselheiro tutelar não foi escolhido como fonte, necessariamente, por ser negro, mas pelo cargo que ocupa e conhecimento em falar sobre o atendimento às crianças e adolescentes. O mesmo aconteceu com o sociólogo Emerson Ferreira. Ele foi procurado por ser um pesquisador da situação do negro na sociedade juizforana. Mas, reconhecemos que o fato destes “especialistas” também serem negros deu mais peso às matérias.

[6] Prefeitura de Juiz de Fora-MG.

[7] A Lei inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro Brasileira’.

[8] Grifos do autor.

[9] Considerando que 93% dos domicílios particulares brasileiros têm ao menos um aparelho de TV em casa, segundo a PNAD 2006. Paralelamente, levantamento da Associação Nacional de Jornais, ANJ, revela que todos os diários somados têm vendagem média de pouco mais de oito milhões de exemplares, por dia. E, ainda, conforme dados da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, divulgada em 2008, 45% da população (ou seja, 77 dentre 172,7 milhões de brasileiros) não têm o hábito de ler.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BORGES PEREIRA, João Baptista. Cor, porfissão e mobilidade. *O negro e o rádio de São Paulo*. 2.ed. São Paulo: EdUsp, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BUCCI, Eugênio. Mesa-redonda “A Mídia no Contexto Democrático: diferentes perspectivas de responsabilização”. In: *Colóquio Midia e Agenda Social*, 1., 2007, Rio de Janeiro – RJ.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

\_\_\_\_\_. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FERRÉS, Joan. “Os estereótipos como inversão da sedução”. In: *Televisão subliminar: socializando através de comunicações despercebidas*. Porto

Alegre: Artmed, 1998.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “O recente anti-racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários”. In: *O espelho infiel*. São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2004, p.113-133.

HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?” In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p.103-133.

LOPES, Nei. [sem título] In: *Revista Época*. 24 dez. 2007, p.28.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MUNANGA, Kabengele. “Construção da identidade negra no contexto da globalização”. In: *Vozes (além) da África*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

PIZA, Edith. “Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu...” In: *Tirando a máscara*. Ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 97-125.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo?* 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Tomás Tadeu. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Orgs.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p.73-102.

SODRÉ, Muniz. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. *Claros e escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993.

\_\_\_\_\_. *Teorias do Jornalismo – Volume I Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.